

FRANÇA

REPÚBLICA FRANCESA

Chefe de Estado:	Nicolas Sarkozy
Chefe de governo:	François Fillon
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	63,1 milhões
Expectativa de vida:	81,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	3,9 por mil

Uma nova instituição denominada Defensor dos Direitos iniciou suas atividades. As investigações sobre denúncias de tortura ou outros maus-tratos, incluindo mortes sob custódia, permaneceram insatisfatórias. Os ciganos continuaram a ser desalojados à força. Entrou em vigor uma lei que proíbe o uso em público de qualquer tipo de vestuário que oculte o rosto. Muitos requerentes de asilo foram deixados sem abrigo e sem condições de subsistência.

Mudanças legais, constitucionais ou institucionais

Em junho, foi designado o novo Defensor dos Direitos, o órgão que substitui a Provedoria de justiça, a Comissão Nacional de Deontologia da Segurança, a Comissão de Combate à Discriminação e de Igualdade de Oportunidades, bem como o Provedor da Criança. Há receio de que, para o exercício de suas diferentes atribuições, a instituição encontre dificuldades em manter os níveis de conhecimento e de independência que lhe são exigidos.

A 1 de junho, entrou em vigor uma nova lei sobre prisão preventiva. Ela possibilita que as pessoas detidas sejam acompanhadas por um advogado em qualquer momento durante a detenção e no interrogatório, e exige que sejam informadas sobre seu direito de permanecer em silêncio. No entanto: a acusação pode protelar a presença de um advogado por um período até 12 horas por “razões de força maior”; as reuniões dos detidos com seus advogados continuaram a ser limitadas a 30 minutos; e continuou em vigor o regime especial de detenção preventiva para suspeitos de terrorismo ou de crime organizado, ao abrigo do qual o acesso a um advogado pode ser protelado por um período até 72 horas.

Tortura e outros maus-tratos

O Código Penal continuou sem uma definição de tortura em consonância com a Convenção da ONU contra a Tortura. Não houve investigações imediatas, independentes, imparciais e efetivas às denúncias de maus-tratos por parte de agentes encarregues da aplicação da lei.

■ O julgamento de Arezki Kerfali por insultar um polícia (acusação que ele nega) foi marcado para março de 2011, mas prorrogado até março de 2012. A denúncia de maus-tratos apresentada por Arezki Kerfali contra os polícias que o prenderam e o detiveram juntamente com seu amigo Ali Ziri, a 9 de junho de 2009, não foi investigada. Ali Ziri morreu na manhã seguinte, e Arezki Kerfali foi declarado inapto para trabalhar durante oito dias na sequência das lesões que sofreu sob custódia policial. No fim do ano, ainda sofria de sérios traumas psicológicos.

■ Em setembro, um juiz de instrução realizou audiência sobre a denúncia de maus-tratos feita por Lamba Soukouna contra polícias, a 8 de maio de 2008. Lamba Soukouna, que sofre de anemia falciforme, uma grave doença genética, afirmou ter sido severamente espancado

por policiais, num local próximo de sua casa, em Villepinte, um subúrbio de Paris. Precisou de ser hospitalizado durante três dias após o incidente. A investigação sobre o caso continuava pendente.

Mortes sob custódia

Continuou a existir pouco progresso nas investigações relativas a mortes sob custódia policial, e permaneceram os receios quanto à independência dessas investigações.

■ Em abril, uma nova autópsia confirmou que Ali Ziri, um homem de 69 anos, morreu por falta de oxigênio causada pelas técnicas de contenção a que foi submetido e por um quadro de vômitos enquanto esteve sob custódia policial a 9 de junho de 2009. Em dezembro, o Ministério Público de Pontoise pediu que o caso fosse encerrado, embora os policiais envolvidos na prisão e transporte de Ali Ziri e Arezki Kerfali para a esquadra de Argenteuil não tivessem sido interrogados.

■ Em abril, decorreu a reconstituição da detenção de Abou Bakari Tandia na esquadra de Courbevoie, na noite de 5 para 6 de dezembro de 2004. Ele entrou em coma durante a detenção e morreu num hospital, a 24 de janeiro de 2005. Em junho, um novo relatório emitido pelo Instituto Médico Legal de Paris confirmou que a pressão exercida por um polícia sobre o peito de Abou Bakari Tandia levou à falta de oxigenação que causou sua morte. No entanto, em dezembro, a juíza de instrução requereu um sexto relatório médico para determinar a causa da morte de Abou Bakari Tandia. O advogado da família posteriormente solicitou que o caso fosse transferido para a competência de outro tribunal. No fim do ano, o polícia que manietou Abou Bakari Tandia não tinha sido interrogado e continuava ao serviço.

■ Em abril, decorreu a reconstituição da prisão de Mohamed Boukrourou, que morreu ao ser preso, dentro de uma carrinha da polícia, a 12 de novembro de 2009, em Valentigney. O anterior relatório da autópsia tinha concluído que a causa provável da morte tinha sido insuficiência cardíaca e registava lesões que poderiam ter sido causadas por terceiros. O relatório requeria exames médicos adicionais para esclarecer as circunstâncias. Até o fim do ano, os quatro policiais envolvidos na sua prisão não tinham sido interrogados como suspeitos. Em dezembro, o Defensor dos Direitos concluiu que Mohamed Boukrourou tinha sido submetido a “tratamento desumano e degradante” e requereu procedimentos disciplinares contra os quatro policiais.

■ Em outubro, foi marcado para janeiro de 2012 o julgamento de sete policiais, homens e mulheres, envolvidos na prisão e transporte de Abdelhakim Ajimi, que morreu ao ser preso, em Grasse, em maio de 2008. Dois policiais irão ser julgados pelo homicídio e outros cinco por omissão de socorro a uma pessoa em perigo.

■ A investigação sobre a morte de Lamine Dieng durante a prisão a 17 de junho de 2007, em Paris, não avançou. A acareação entre os familiares e os policiais acusados estava prevista para outubro a fim de auxiliar os investigadores a decidir sobre dar ou não seguimento ao caso. No entanto, a acareação foi cancelada, pela segunda vez, sem justificação e sem definição de nova data. Lamine Dieng foi detido por policiais na rua e depois levado para um veículo da polícia, onde perdeu a consciência e morreu por asfixia mecânica. No final do ano, os policiais envolvidos continuavam ao serviço.

Discriminação

Atos de discriminação contra pessoas pertencentes a minorias étnicas e religiosas continuaram a ser registrados por organizações de direitos humanos.

Continuou a discriminação contra os ciganos. Acampamentos e casas improvisadas habitados por ciganos continuaram a ser destruídos em supostos desalojamentos forçados. Em junho, o Comitê Europeu dos Direitos Sociais concluiu que os desalojamentos de acampamentos ciganos, em meados de 2010, “tiveram como pano de fundo a discriminação étnica, envolvendo a estigmatização do povo cigano e a coação na forma de ameaça de expulsão imediata da França”. O Comitê concluiu ainda que as expulsões de ciganos para a Romênia e a Bulgária, em 2010, foram discriminatórias.

■ A 1 de setembro, entre 150 e 200 ciganos foram desalojados à força de habitações improvisadas, que foram demolidas num acampamento em St. Denis (Paris). A polícia antimotim forçou os ciganos a embarcarem num elétrico, sem indicação de destino, violando o seu direito à liberdade de movimento.

Em junho, o parlamento rejeitou uma proposta de legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Uma lei que proíbe o uso em público de qualquer peça de indumentária que oculte o rosto entrou em vigor a 11 de abril. A 22 de setembro, duas mulheres foram multadas por um Tribunal Administrativo com base nessa lei.

Ao longo de 2011, foram apresentadas diversas iniciativas políticas e legislativas com o objetivo de fortalecer o princípio do secularismo. A 2 de março, o ministro da Educação declarou que os pais que acompanham as crianças na saída da escola não devem usar símbolos religiosos. A mesma proibição também foi aplicada a estudantes adultos frequentando formação profissional.

Refugiados, requerentes de asilo e migrantes

Uma nova lei restringiu ainda mais os direitos dos requerentes de asilo e dos migrantes. Em junho, o parlamento aprovou uma lei de migração que amplia a duração máxima da detenção de migrantes ilegais à espera de expulsão de 32 para 45 dias. Além disso, se um grupo de dez ou mais migrantes ilegais ou requerentes de asilo for intercetado próximo da fronteira da França, serão mantidos numa “área de contenção” por um período até 26 dias. Os seus pedidos de entrada em França para solicitar asilo serão examinados; caso sejam considerados “manifestamente infundados”, estas pessoas serão devolvidas aos seus países de origem. Elas terão apenas 48 horas para recorrer da decisão, o que pode impedi-las de submeterem um pedido de asilo.

Cerca de dois terços dos requerentes de asilo em França não tiveram acesso a centros de receção para requerentes de asilo, o que contraria os seus direitos ao abrigo da legislação nacional e da União Europeia. Consequentemente, muitos ficaram sem abrigo e sem meios de subsistência. Não tinham autorização para trabalhar enquanto os seus pedidos estavam a ser analisados e, na maioria dos casos, tiveram negada a autorização de trabalho durante o processo de recurso. Em agosto, o ministro do Interior declarou que, se alcançado, o objetivo de expulsar 30 mil migrantes ilegais seria o “melhor resultado historicamente registado em França”. Em outubro, anunciou que atingiria esse objetivo.

Em abril, o Conselho de Administração da Agência Francesa para a Proteção de Refugiados e Pessoas Apátridas (OFPRA) acrescentou a Albânia e o Kosovo à lista de países (de origem) “seguros” para requerentes de asilo. Pedidos submetidos por requerentes de asilo vindos de países “seguros” são examinados mediante procedimentos sumários, e essas pessoas podem ser devolvidas à força antes do seu recurso ter sido examinado. Em novembro, o ministro do

Interior anunciou que o orçamento para a concessão de asilo seria reduzido e que a lista de países de origem “seguros” seria ampliada. Afirmou que o sistema francês de concessão de asilo estava “sob risco” porque foi utilizado por migrantes económicos para entrar e permanecer em França. Em dezembro, o Conselho de Administração da OFPRA acrescentou a Arménia, o Bangladesh, o Montenegro e a Moldávia à lista de países “seguros”.

Visitas/relatórios da AI

- ✉ Representantes da Amnistia Internacional visitaram a França em maio, junho, setembro e outubro.
- 📄 France: Authorities must stop forcibly evicting Roma (EUR 21/001/2011)
- 📄 France: Authorities must act swiftly to fully investigate suspected arson attack on Roma squat in Paris (EUR 21/002/2011)
- 📄 France “Our lives are left hanging”: Families of victims of deaths in police custody wait for justice to be done (EUR 21/003/2011)